



A Produção do Espaço: Relação Urbano/Cidade e Campo/Rural Uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente

Taiana Santos Jung Teodosio¹

Rui Marcos Teodosio da Silva²

Introdução

“O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais.”
(SOJA, 1993, p. 101)

Não existe um espaço do capital, mas um espaço produzido através das relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista. Segundo Moreira, o espaço geográfico é a própria sociedade, constituído em sua essência de um conteúdo histórico. *“O espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo do trabalho.”* (MOREIRA, 1994, p. 90)

O trabalho traz em seu âmago uma atitude intencional. É através desta intencionalidade, que o homem atende suas necessidades com a transformação do trabalho em produto. Por outro lado, o espaço passa a ser produzido em função do processo produtivo das sociedades.

A cidade retrata a civilização contemporânea. O processo de urbanização, é indissociável do modo de desenvolvimento do capitalismo, onde os espaços organizam-

¹ Geógrafa / UFF - Mestranda em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais – ENCE / IBGE – RJ:
taianajung@ibge.gov.br

² Geógrafo / UFF – Mestrando em Engenharia de Transportes Públicos – COPPE / UFRJ - RJ

se em função das relações de dominação-subordinação; que por sua vez são ditadas pela divisão territorial e internacional do trabalho.

Segundo Oliveira (1994, p53) *“...com relação aos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, devemos entender que eles têm sido feitos no sentido de ir eliminando a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio, etc., em outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As graves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades.”*

O processo de industrialização, no Brasil, provocou um acentuado desequilíbrio das condições populacionais e de vida entre a cidade e o campo, derivando um acelerado processo de urbanização. Os movimentos no interior do país, foram intensificados, redistribuindo as atividades econômicas e populacionais. De acordo Almeida (SANTOS, et.al,2004,p.390) os novos sistemas de engenharia viária, encurtaram as distâncias e interligaram as regiões do país, intensificando os fluxos de pessoas, bens e mercadorias, favorecendo o crescimento das metrópoles. Esse período histórico também chamado por Santos de técnico-científica-informacional, se constitui na reconstrução do espaço à partir de conteúdos da ciência e da técnica.

Devido as novas demandas deste período (técnico-científica-informacional), o espaço agrário sofreu modificações, que refuncionalizaram o sistema de produção. As novas técnicas no campo, representaram a valorização e conseqüentemente a concentração das terras, a subordinação da agropecuária/agricultura ao capital industrial, intensificando assim o êxodo rural.

Neste contexto, o Brasil representa um dos países que sofreu/sofre uma maior influencia desse processo, possuindo uma agricultura mecanizada e de exportação (agro-business) e sendo detentor de uma das maiores concentrações de terras. Cabe lembrar que aproximadamente 80% da população brasileira vive em cidades, modificando as proporções do início dos anos 60 do século passado que representava uma taxa de 45% da população urbana, como pode ser observado na tabela abaixo:³

Tabela : Percentual da população nos Censos Demográficos por situação do domicílio

³ Urbana1970- 56,0

Urbana1980- 67,7

Urbana 1991- 75,5

Urbana 2000- 81,2

Com o propósito de provocar um debate sobre o tema aqui proposto, o trabalho segue apresentando um maior enfoque sobre a questão urbana, usando a luz do pensamento de autores como: CASTELLS, HARVEY, SAUNDERS, SANTOS entre outros, para iniciar a fundamentação sobre o assunto, sem pretensões de criar respostas, mas de gerar reflexões.

1- A questão urbana:

O termo urbanismo, surgiu por volta de 1910, no Bulletin de la Société Géographique de Neuchâtel. Do latim urbe significa cidade e cidade não era sinônimo da urbe. No mundo antigo a cidade era a aglomeração das pessoas, local de moradia e a urbe era o templo sagrado das reuniões.

“A definição inicial da palavra urbanismo está diretamente ligada ao contexto social e histórico da época em que foi criada (fins do século XIX e início do Século XX), quando as atenções se voltaram para o fenômeno das grandes transformações das cidades européias. Enormes contingentes populacionais rurais dirigiam-se atônitos rumo às chaminés que brotavam nas velhas cidades, durante os séculos XVIII e XIX ” (Carstens, Fleith, Gonçalves e Sant’anna, 1991, pág.14)

Segundo Castells, o termo “urbanização” deriva de dois distintos termos:

1. Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensões e de densidade.
2. Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana”. (o termo “cultura urbana” é fruto da sociedade industrial capitalista.)

Neste sentido muitos autores primaram, em seus estudos, por criarem uma dicotomia entre o urbano e o rural, onde o modo de produção os diferenciavam. A cultura urbana advinha da produção mecanizada, de um sistema espacial organizado, através dos moldes da cidade com forma e densidade; já o rural delineava em sua forma produtiva o trabalho braçal não mecanizado, atividades da ordem primária, uma população dispersa entre outros fatores.

Harvey⁴, utiliza-se das dimensões econômica e ideológica, para tentar elucidar a estruturação do espaço econômico e social urbano pelos processos associados com a acumulação do capital; ele conclui que o capitalismo molda, não só a forma organizacional das cidades como também, a consciência de seus habitantes. Castells chama a atenção para as crises do capitalismo, associadas ao consumo⁵ uma visão neomarxista com enfoque na reprodução da força de trabalho e suas relações mais elaboradas na cidade.

Segundo Peter Saunders, em seu livro *Social Theory and the City* (1991), não há nada de típico a respeito das cidades que explique o desenvolvimento de estudos especificamente urbanos. Sua argumentação parte do princípio que as cidades podem, algum dia, ter exercido um papel na transição para o industrialismo, mas este papel já se tornou redundante há muito tempo.

Saunders recebeu muitas refutações, por inserir essa concepção no debate, e rebate afirmando que se o urbanismo foi, algum dia, demarcado pelo estilo de construção das cidades, o crescimento suburbano desordenado e a “urbanização do campo” , são elementos relevantes para provarem sua contestação. Ou seja, o que difere o rural/campo do urbano/cidade?

Um ponto em comum nesta discussão, é a função do espaço da cidade, segundo Santos, os elementos para a análise espacial são: função, estrutura, forma e processo. Neste caso, Saunders discute justamente a mudança da função cidade e campo, onde as diferenças não são relevantes no que tange a classificação de urbanização. Porém o que percebe-se, é que o processo é a grande transversalidade dos quatro elementos mencionados acima, pois todos os autores os fazem referência, porém sua compreensão não é explícita. Ainda citando Santos a definição de processo é :

“O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo. Trata-se de um movimento pelo qual o único se torna múltiplo e vice-versa.”(19,pág.92)

⁴ A proposição foi iniciada por Lefebvre e prosseguida por Harvey.

⁵ “durante muitos anos, a cultura do consumo foi convencionalmente descrita em termos do surgimento do consumo em massa como uma contrapartida da produção em massa: falando em termos gerais, do sistema fordista. Durante cerca de 30 anos, dizem agora, temos assistido à desintegração cada vez mais acelerada desse sistema e sua substituição pela fragmentação e diversificação, tanto no consumo quanto na produção.” (SLATER, 2002, pág.117)

Então, o modelo capitalista em suas diversas formas, e com um interesses constantes, através da divisão internacional do trabalho, conduz o ritmo do processo, valorando as ações, espaços e o tempo.

2- A cidade e o campo no tempo e no espaço

“A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado”. (SANTOS 1994, p. 83)

À partir do momento, em que o homem passa a transformar o meio, ele estabelece um processo de domínio e troca com a natureza, a descoberta do fogo, a transformação de pau e pedra em ferramentas, o cultivo de plantas, a criação de animais e a própria sedentarização, configuram uma nova forma de ordem sócio-espacial.

A cidade surge, neste contexto, como resultado do acúmulo da produção, o excedente; dando início a uma nova prática social, a divisão do trabalho. As fronteiras são quebradas e através da troca, as sociedades se fundem, estabelecendo entre si relações econômicas e paisagísticas – uma pré-globalização – onde o espaço da cidade é modelado para a circulação das mercadorias.

As cidades imperiais e em especial Roma, estabeleceram uma função comercial e gestora, estabelecidas pelas conquistas e expansão territorial. *“A cidade portanto não é um local de produção, mas de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo.”* (CASTELLS, 1975, pág. 43).

Na Idade Média, a cidade ressurgiu delineada pelas rotas das Cruzadas, uma nova dinâmica espacial é instaurada, onde as grandes fortalezas são as bases dos núcleos habitacionais, junto aos seus mercados e serviços. Segundo SINGER, *“...o surgimento de uma classe de comerciantes e banqueiros preparam o terreno para a Revolução Comercial, no século XVI, que estabelece, finalmente, uma divisão do trabalho interurbana no plano mundial, assegurando um amplo e contínuo desenvolvimento das forças produtivas.”* (1973, p.22). Neste contexto o capitalismo comercial propiciou o desenvolvimento da infra-estrutura, base para o desenvolvimento industrial.

“Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a Cidade já tem uma poderosa realidade. Após o quase desaparecimento das cidades arcaicas, na Europa ocidental, no decorrer da decomposição da romanidade, a Cidade retomou seu desenvolvimento. Os mercadores mais ou menos errantes elegeram para outro centro de suas atividades aquilo que subsistiu de antigos núcleos urbanos. Inversamente, pode-se supor que esses núcleos degradados exerceram a função de aceleradores para aquilo que restava da economia de troca, mantida por mercadores ambulantes. A partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento dos feudos, as Cidades começam a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária, obtida pela usura e pelo comércio. Nesses centros, prospera o artesanato, produção bem distinta da agricultura. As cidades apóiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio benefício. Em suma, são centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos).” LEFEBVRE 1991, pag.4)

Em nenhum outro período da História as cidades foram tão alteradas como na Revolução Industrial, a urbanização neste período, passa por uma reorganização espacial, que é destacada por CASTELLS em dois conjuntos de fatos fundamentais:

1. A decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.
2. A manufatura, e depois para uma economia de fábrica o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial.

A mão de obra e o mercado, são os grandes atrativos da indústria pra a cidade, em contra partida a indústria oferece empregos e gera serviços. A indústria coloniza e provoca a urbanização⁶. A base territorial da produção industrial se deu na cidade, pois esta, concentra a força de trabalho e o capital. Neste contexto os Problemas sociais foram exacerbados, onde a presença das fábricas subverteu a ordem urbana, deteriorando as

⁶ Na segunda metade do século XVIII, de cada 5 pessoas no mundo 1 vivia em assentamentos humanos, com mais de 10 mil habitantes. Em 1900, dez cidades localizadas nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia já haviam superado essa marca e 14% da população mundial vivia no espaço urbano.

condições de vida dos moradores da cidade. A industrialização gerou acentuado desequilíbrio das condições e da expectativa de vida entre a cidade e o campo, resultando num rapidíssimo processo de urbanização, porém com consequências muito drásticas (subemprego, mendicância, favelas, criminalidade etc.). Isso porque o desenvolvimento dos setores secundário e terciário não acompanhou o ritmo da urbanização, além da total carência de uma firme política de planejamento urbano.

A urbanização assumiu um caráter explosivo e generalizado no século XX, impulsionado pela industrialização. O processo de urbanização e industrialização gerou a concentração das atividades comerciais e de serviços mais importantes em algumas cidades, acumulando capital e poder político nesses espaços urbanos, as chamadas metrópoles.

“O processo de metropolização no Terceiro Mundo é contemporâneo do processo de mundialização da economia e da sociedade. Ele resulta da irrecorribilidade da modernização que é ao mesmo tempo seletiva e desigualitária, privilegiando uma parcela do território e uma parcela da população, com o desenvolvimento simultâneo de novas burguesias, de novas classes médias e de uma multidão de gente pobre. A lógica desse movimento é já bastante conhecida e podemos nos dispensar de elaborar sobre ela. O certo, porém, é que a conjunção das variáveis de modernização e das variáveis de atraso levam, paralelamente, ao aumento da população, à deserção do mundo rural, a um desenvolvimento urbano que privilegia as grandes cidades, onde as condições de vida são dolorosas para uma enorme parcela da população.” (SANTOS, 1990, Pág. 183)

Um “novo urbano” e um “novo rural” são configurados na atualidade, ligados por um sistema em rede de comunicação, transporte, produção e relação social. São criadas as hierarquias e as novas classificações para a organização espacial da escala urbana e rural. Esse tema será melhor definido no próximo tópico deste trabalho.

3 - O “Novo Urbano” e o “Novo Rural” no Brasil

3.1 - O “Novo Urbano”

As transformações verificadas nos espaços urbano e rural no território brasileiro são decorrentes do processo de reestruturação econômico-produtiva do sistema capitalista em

escala global, no contexto do chamado meio técnico-científico-informacional onde a união da ciência e da técnica se dão sob a égide do mercado, cada vez mais global.

Com a ampliação do espaço urbano, a cidade descobre novos meios de relação. O urbano se espraia na perspectiva da relação entre lugares de distintas distâncias. Os lugares passam a estar em rede. Os nódulos do urbano estão em contato, em escala progressivamente mundial. A cidade agora é mundial. E a relação entre os lugares são os fluxos. A rede é um continente, descontínuo e intensamente hierarquizada. Os fluxos foram marinhos, terrestres, depois aéreos, mas agora são ao mesmo tempo virtuais.

“A dinâmica hierarquizada e interconectada de cidades no mundo globalizado, portanto, obedece a uma lógica que envolve dimensões concentradoras e dispersivas, simultaneamente. O que determina qual cidade será uma cidade global na economia mundial é sua capacidade de gerar o controle global; o trabalho de produção e reprodução da organização e gerenciamento do sistema global de produção e um mercado global para finanças. Nesse contexto, poucas serão as cidades-chave da economia mundial; de fato, o gerenciamento e o controle financeiro global estarão localizados nas principais cidades do Primeiro Mundo, que constituem o centro decisório do capitalismo internacional” (PATARRA,1999,Pág.16)

Neste caso as cidades globais são diferentes dos tradicionais centros de atividades financeiras e negócios, pois ela desenvolve um papel auto-suficiente de regulação no que tange à economia global. *“As cidades globais, entendidas como campos de produção adquirem novas funções, particularmente as de produção de serviços especializados necessários para organizações mais complexas, tais como controle e operações de funções específicas para uma rede espacialmente dispersa de fábricas, escritórios e empresas prestadoras de serviços. Além disso, essas cidades também devem produzir inovações financeiras e criar mercados, essenciais à internacionalização e à expansão da indústria financeira. Com essas novas função , muitas outras cidades perderam seu papel de centros de liderança de exportações da indústria, devido, basicamente, à descentralização da produção” (PATARRA,1999,Pág.17)*

3.2 -A Rede Urbana

O estudo de caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 1980/90, realizado pelo Ipea/Ibge/Nesur-Ie-Unicamp. inicia a abordagem, com uma retrospectiva econômica, onde os anos de 1980 e 1990 foram assim destacados:

Tabela 2 : Resumo da retrospectiva econômica, anos 80 e 90

Anos 80	Anos 90
<ul style="list-style-type: none">- deslocamento das economias regionais,- “ilhas de produtividade”,- comércio externo	<ul style="list-style-type: none">- crescimento absolutoaumento das exportações,
<ul style="list-style-type: none">- heterogeneidade interna da estrutura produtiva,- desigualdades inter e intra-regionais,- dinamismo econômico localizado	<ul style="list-style-type: none">- crescimento da agroindústria, urbanização da fronteira, agricultura irrigada,- exploração de recursos naturais
<ul style="list-style-type: none">- investimento de papel e celulose, extrativa mineral ou siderurgia	<ul style="list-style-type: none">- Crescimento das cidades de pequeno ou médio porte,- Fortalecimento das redes de cidades dispersas
	<ul style="list-style-type: none">- intensificação da migração de curta distância- redução da migração em direção às metrópoles do Sudeste

Fonte: IPEA, IBGE, UNICAMP. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Portanto, a rede urbana brasileira desenvolveu uma função mais expressiva do que as grandes metrópoles, atuando como amortecedor, fato que reforça a característica relativamente desconcentrada do sistema urbano brasileiro.

Para classificar a rede urbana, o estudo baseou sua classificação em cinco características: centralidade; centros decisórios/Relações Internacionais, Escala de urbanização, Complexidade e Diversificação da Economia Urbana e Diversificação do Terciário/Funcionalidade.

Tendo em vista, essa classificação, foram identificadas seis categorias urbanas:

Metrópole Global (São Paulo e Rio de Janeiro);

Metrópole Nacional (Fortaleza, Recife, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre

Metrópole Regional (Manaus, Belém, Goiânia, Campinas);

Centro Regional (Rio Branco, Porto Velho, São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju, Cuiabá, Campo Grande, Vitória, Santos, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Florianópolis e Londrina) ;

Centro Sub-Regional de 1ª ordem (Boa Vista, Macapá, Palmas, Imperatriz, Juazeiro do Norte,/Crato, Campina Grande, Caruaru, Petrolina/Juazeiro, Feira de Santana, Ilhéus/Itabuna, Vitória da Conquista, Anápolis, Dourados, Campos dos Goitacazes, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Bauru, Jundiaí, São José do Rio Preto, Sorocaba, Presidente Prudente, Cascavel, Maringá, Blumenau, Joinville, Caxias do Sul, Pelotas/Rio Grande, Volta Redonda, /Barra Mansa, Limeira e Araraquara/São Carlos.

Centro Sub-Regional de 2ª ordem: Ji-Paraná, Marabá, Santarém, Castanhal, Araguaína, Caxias, Parnaíba, Sobral, Garanhuns, Arapiraca, Alagoinhas, Barreiras, Jequié, Cachoeiro do Itapemirim, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni, Franca, Guaratinguetá/Aparecida, Piracicaba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages, Passo Fundo, Santa Maria, Uruguaiana, Ipatinga, Paranaguá, Cabo Frio, Divinópolis, Sete lagoas, Linhares, Poços de Caldas, Itabira, Mogi-guaçu/Mogi-Mirim, Barbacena, Mossoró, Marília, Araçatuba, Nova Friburgo, Rondonópolis, Santa Cruz do Sul, Bragança Paulista, Rio Verde, Jaú, Catanduva e Botucatu.

Por fim, para identificação das diferentes espacialidades presentes na rede urbana do Brasil, foram utilizados os seguintes elementos:

- Dados da população total, urbana e rural
- Taxas de crescimento populacional 80-91 e 91/96
- Densidade demográfica de 1996
- Percentual da PEA em atividades urbanas
- Renda média familiar per capita
- Estrutura ocupacional
- Índice de condições de domicílio
- Posição no REGIC

De todos os critérios apresentados, foram selecionados 111 principais centros urbanos do país, considerando os tamanhos populacionais que seguem abaixo, como valores de corte:

- População acima de 100 mil habitantes em 1996
- Densidade demográfica acima de 60 habitantes/km.2 em 1996
- PEA em atividades urbanas acima de 65%
- Posição no REGIC de 5 ou mais em 1993.

O Estudo, concentrou um total de 74.351.358 pessoas vivendo em Metrôpoles, Centros Regionais e Centros Sub-Regionais; 13.392.137 pessoas vivendo em Centros Urbanos que não constituem aglomerações urbanas, num total de 87.743.495 pessoas, ou seja, 55,85% da população brasileira em 1996.

Figura 1 : Brasil – Rede Urbana

Fonte: IPEA, IBGE, UNICAMP. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

3.3 -O “Novo Rural”

As transformações no espaço rural brasileiro podem ser definidas como uma funcionalização do sistema capitalista mundial, realizada à escala do lugar, onde a história em movimento pode ser percebida empiricamente.

Para que as funções requeridas pelo processo de transformação de natureza econômico-produtiva fossem viabilizadas, as formas e as estruturas e as relações sociais até então verificadas no espaço rural, se modificaram de modo a se ajustarem aos imperativos desta nova lógica.

O “novo rural” emerge à partir de 1980 no Brasil, segundo Graziano três grupos de atividades compõe esse “novo rural”, são eles:

1. Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias;
2. Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;

3. Um conjunto de “novas” (psicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, etc.)⁷ atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O autor utiliza um quadro esquemático para caracterizar as atividades do urbano e do rural assim como suas relações. “...um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os neorurais (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que temos denominados sem-sem (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).” GRAZIANO, 2000, Pág. 2.

No caso dos sem-sem, sua colocação única e exclusiva no meio rural, pode ser um motivo para maior análise, pois o sem-sem do rural, pode migrar para o urbano ou vice versa, criando uma relação com as duas instâncias, o seu passado e seu futuro, são interconexões que não devem ser seguidas de uma análise para o presente.

Figura 2: novas relações e atividades no mundo rural.

Em resumo, o mundo rural brasileiro não pode ser somente caracterizado como o conjunto de atividades agropecuárias e agro-industriais. O comportamento do trabalho e dos deslocamentos populacionais não podem ser explicados apenas a partir do calendário agrícola da expansão/ retração das áreas e/ou produção agropecuária. Há um conjunto de atividades não-agrícolas de prestação de serviços, tais como: pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas que respondem cada vez mais pela dinâmica do meio rural. O meio rural ganhou por assim dizer novas funções e “novos” tipos de ocupações. Pode-se dizer que o “novo rural” abriga os aspectos da racionalidade em todos os seus aspectos, até mesmo nas relações interpessoais, uma vez que verifica-se a mercantilização do tempo dos residentes nestes espaços.⁸

⁷ Novas no sentido da valoração econômica que atualmente foi atribuída à essas atividades.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços In: SANTOS, Milton, SILVEIRA, L. Maria (org). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- CASTELLS, Manuel. A questão Urbana, edição revisada, tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensando Crítico, vol.48.1975.
- GONÇALVES, Jr. A. J; SANT'ÁNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico e FLEITH, Rossano. O que é Urbanismo. São Paulo: editora brasiliense. 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. Campinas, IE/UNICAMP. 1999.
- IPEA, IBGE, UNICAMP. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. 2002
- LEFEBVRE, Henry. “O direito à cidade.” São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MOREIRA, Ruy. *Repensando a Geografia* In: SANTOS, Milton (org.), *Novos Rumos da Geografia Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Revista de Geografia, Associação Nacional dos Geógrafos. São Paulo, 1989.
- PACHECO, C. A . A Fragmentação da Nação, Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.
- PATARRA, Neide. Do Urbano às novas territorialidades: conceitos e questões. Relatório de pesquisa. ENCE. 2002- no prelo.
- SANTOS, Milton. A Metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALADARES, do Prado Lícia, Preteceille, Edmond (Cord). Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.
- _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- SLATER, Don. Cultura do consumo e modernidade. São Paulo: Nobel, 2002

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas. A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.